



# CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SERTÃO CENTRAL – CINDESC



## NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 15 – DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

Documento Assinado Digitalmente por: JOCIEDER ARAÚJO MINEIRO, CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c496f1f4-a0d9-4925-89c3-8729e5539291

### a) INFORMAÇÕES GERAIS:

<b>Nome da entidade:</b> Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Central – CINDESC
<b>CNPJ:</b> 18.463.003/0001-27
<b>Domicílio da entidade:</b> Rua Maria Nogueira Sampaio nº 233, Sala 11 – Nossa Senhora das Graças – CEP: 56.000-000 - Salgueiro/ PE.
<b>Natureza das operações e principais atividades da entidade:</b> O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Central – CINDESC concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 121-0 “Consórcio Pub. de Direito Pub. (Ass. Pub)” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada em Assembleia que aprovou o Orçamento do Consórcio. Sua fonte financeira é derivada dos repasses recebidos através dos entes consorciados em forma de contrato de rateio, além de rendimentos de aplicação financeira nas contas deste Consórcio.
<b>Dados do Gestor:</b> Nome: Clebel de Souza Cordeiro. Cargo: Presidente. Período de gestão: 06/02/2017 a 06/02/2019.
<b>Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:</b> Nome: Jociéder Araújo Mineiro. CRC-PE nº 027671/O-4. E-mail: <a href="mailto:jociederj@hotmail.com">jociederj@hotmail.com</a>

### b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

<b>b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64 e Lei nº 11.107/05, Decreto nº 6.017/07, Portaria Conjunta STN/SOF nº 01 de 10 de dezembro de 2014, Portaria STN nº 700 de 10 de dezembro de 2014 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, Portaria nº 274 de 13 de maio de 2017. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS e IPC 10.
<b>b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:</b> Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando as variações patrimoniais aumentativas (VPAS): Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
<b>b.3. Bases de mensuração utilizadas:</b> Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2017 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos na tabela do SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os registros contábeis foram realizados sobre o regime de competência como determinam as NBCASP.
<b>b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:</b> No exercício de 2017 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.
<b>b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:</b> Quanto aos atos potenciais nas classes 7 e 8 do plano de contas foram baixados os registros dos contratos em execução tendo em vista o seu encerramento em 31/12/2017.

### c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<b>c.1. Modelo de elaboração da DVP:</b> O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo das variações patrimoniais foi o analítico.
---

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SERTÃO  
CENTRAL – CINDESC**



Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO, CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO  
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c496f1f4-a0d9-4925-89c3-8729e5539291

**c.2.Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:**

Até o fechamento deste demonstrativo o setor de patrimônio não disponibilizou ao setor contábil informações que indiquem ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de *impairment*.

**c.3.Baixas de investimentos:**

Não houve registro de baixas de investimentos.

**c.4.Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes de Incorporação de Ativos, Desincorporação de Passivos, Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos:**

Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 0,00.

**c.5.Variações patrimoniais aumentativas:**

As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2017 totalizaram R\$ 65.576,88.

**c.6. Variações patrimoniais diminutivas:**

As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2017 totalizaram R\$ 168.137,14.

**c.7. Resultado econômico (patrimonial) do exercício:**

O resultado patrimonial do exercício de 2017 foi de R\$ (102.560,26)

**c.8. Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):**

Não houve alienação de ativos durante o exercício de 2017.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

**d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

**d.2.Divulgações não financeiras:**

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

**d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

\_\_\_\_\_  
**Clebel de Souza Cordeiro**  
Presidente

\_\_\_\_\_  
**Jociéder Araújo Mineiro**  
Contador  
CRC PE Nº 027671/O-4